



**Interreg**  
**España - Portugal**

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



**ZASNET**  
AECT



**MESETA  
IBÉRICA**  
RESERVA DE BIOSFERA

## TERMOS DE REFERÊNCIA

CP – PI/01/2023

**Aquisição de bens e serviços para desenvolver o projeto “Equipar quatro  
centros interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta  
Ibérica”**



**Interreg**  
España - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



**ZASNET**  
AECT



**MESETA  
IBÉRICA**  
RESERVA-BIOSFERA

## Índice

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE .....	3
3. OBJETO .....	6
4. O ESPAÇO .....	10
5. SINALÉTICA EXTERIOR .....	11
6. CENOGRAFIA DO ESPAÇO.....	12
7. DISPOSIÇÕES TÉCNICAS PARA A CONCEÇÃO .....	27
ANEXOS: .....	28



## 1. INTRODUÇÃO

A presente nota descritiva e justificativa respeita a Aquisição de bens e serviços para desenvolver o projeto “Equipar quatro centros interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica”, sendo dada liberdade criativa ao concorrente para apresentar os conteúdos dentro da descrição funcional e técnica apresentada.

## 2. ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE

O ZASNET, AECT é uma entidade criada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 376/2007, de 08 de novembro, que transpõe para o Regulamento (CE) n.º 1082/2006, para a normativa portuguesa.

Trata-se de uma entidade de âmbito europeu, que tem a sede na cidade de Bragança, em Portugal. O ZASNET, AECT é um instrumento jurídico para a cooperação territorial, no âmbito da União Europeia, dotado de personalidade jurídica, que visa facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros, reforçando a coesão económica e social.

Os seus membros são a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, o Município de Bragança e as Diputaciones Provinciais de Zamora, Salamanca e o Ayuntamiento de Zamora.

ZASNET, AECT executa as suas atribuições principais na área de competência administrativa dos seus membros e da sua área geográfica (Em Portugal os municípios de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor. Em Espanha a Diputación e Ayuntamiento de Zamora e a Diputación de Salamanca).

O ZASNET, AECT tem como fonte de financiamento são as quotas anuais dos seus membros.

No âmbito das suas atribuições o ZASNET AECT é a entidade gestora da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica.

As Reservas da Biosfera são territórios destinados a promover o desenvolvimento sustentável com base na atividade das comunidades locais e no conhecimento científico. Esta é a orientação da UNESCO para a criação e funcionamento de Reservas da Biosfera desde 1995.

As Reservas da Biosfera promovem a conservação da natureza ao mesmo tempo que promovem o desenvolvimento e apoiam a educação e a investigação científica.

As Reservas da Biosfera decorrem da vontade das populações, devendo essa vontade ser expressa na candidatura.

As Reservas da Biosfera são estabelecidas pelos respetivos Estados e são reconhecidas pela UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura através do Programa MaB – “O Homem e a Biosfera”.

Existem 610 Reservas da Biosfera em todo o mundo (20 foram declaradas em 2012), 221 na Europa, 49 na Península Ibérica, das quais 7 em Portugal e 42 em Espanha.

As Reservas da Biosfera são locais onde são demonstradas práticas inovadoras de gestão conjunta dos valores naturais e atividades humanas.

As Reservas da Biosfera são áreas territoriais onde é concedido apoio a atividades e instrumentos económicos dirigidos simultaneamente à mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade e desenvolvimento.

As Reservas da Biosfera destinam-se também a promover e demonstrar como o fluxo de serviços dos ecossistemas é garantido pela conservação da biodiversidade, com criação simultânea de oportunidades económicas.

Nas Reservas da Biosfera são definidos três tipos de zonas:

Zonas de núcleo - zonas com dimensão adequada, dedicadas à conservação da natureza, a longo prazo, de acordo com os objetivos da Reserva, sendo constituídas essencialmente por zonas já integradas na Rede Natura 2000 e no sistema de Áreas Protegidas;



Zonas tampão - zonas em torno das zonas núcleo, onde apenas são realizáveis atividades compatíveis com a conservação da natureza, constituindo um dos principais desafios técnicos à definição da estratégia de zonamento, dada a menor definição jurídica prévia de zonas com este estatuto;

Zonas de transição - onde são promovidas práticas sustentáveis de gestão de recursos.

As Reservas de Biosfera são territórios cujo objetivo é conciliar a conservação do património natural e cultural e o desenvolvimento sustentável socioeconómico da população.

O conceito das Reservas da Biosfera pode ser utilizado como um mecanismo para guiar e reforçar projetos que visem a melhoria da qualidade de vida das populações e assegurar a sustentabilidade ambiental. O reconhecimento pela UNESCO pode servir para destacar e recompensar estes esforços.

A preocupação ambiental com a conservação e sustentabilidade tem já algumas décadas de história e o programa MaB, talvez, seja uma das iniciativas pioneiras neste campo. A sua preocupação em unir o homem com o território está presente desde o início. As Reservas da Biosfera não são territórios isolados com uma política conservacionista a qualquer custo, mas ferramentas de gestão capazes de demonstrar que a sustentabilidade ambiental não é uma quimera. Ou seja, é possível combinar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento, mantendo a qualidade de vida dos seus habitantes. É de acrescentar que, neste caso, a colaboração transfronteiriça entre territórios com fortes laços históricos traz uma singularidade que, longe de ser uma dificuldade, deve ser transformada numa nova oportunidade para o desenvolvimento destas regiões.

É neste contexto que se realiza este projeto, que deve contribuir para um desenvolvimento harmonioso do território e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Uma das ações essenciais para alcançar os objetivos do Programa MaB é a consciencialização dos aspetos patrimoniais do território e a ligação entre o homem e o seu ambiente. Para esse fim, podemos adotar diferentes iniciativas e esta, na qual estamos a trabalhar, é uma das possíveis. O ideal será combinar diferentes estratégias de comunicação e interpretação ambiental que se apoiem mutuamente.

O território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica abrange 87 municípios, 12 em território português e 75 em território espanhol, 48 municípios correspondem à província de Zamora e 27 à província de Salamanca. Com uma Área Total de 1.132.607 ha, é a maior da Península Ibérica e a maior Reserva da Biosfera transfronteiriça da Europa. Desde a Serra que ladeiam a Sanabria, à margem sul do Rio Douro, de Bragança a Salamanca e da Serra da Culebra ao Tua, a nossa Reserva é um território único no contexto europeu, com valores naturais e culturais comuns.

O presente procedimento tem como objetivo principal Projeto, Fornecimento e Instalação de quatro Centros Interpretativos na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica.

Pretende-se assim que os quatro Centros Interpretativos funcionem como um instrumento de alavancagem da região, capaz de captar e ancorar um conjunto de projetos de investimento em diversos segmentos e sectores de atividade.

### 3. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência estabelecer as especificações relativas à aquisição de serviços que englobam o Projeto, Fornecimento e Instalação de quatro Centros Interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica.

Dentro das linhas orientadoras, o projeto que se pretende implementar, exposto no presente procedimento, visa realçar os mais fortes atributos do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, adiante RBT Meseta Ibérica, destacando-se necessariamente o património natural e cultural do território.

As descrições de alguns destes atributos encontram-se mais detalhado no anexo 5.

O projeto visa também potenciar a vertente lúdica e pedagógica, posicionando-se assim como um elemento de alavancagem da economia e dos agentes locais.

Estabeleceram-se três objetivos prioritários, que se pretende, com a criação destes Centros de Interpretação:

- Acolher o visitante e proporcionar-lhe uma experiência agradável, tanto no território como no próprio Centro de Interpretação.
- Fornecer ao visitante as chaves para entender o território objeto de interpretação e a relação entre este e os seus habitantes.
- Vincular emocionalmente a população local mais próxima ao equipamento, ao mesmo tempo que se melhora a sua qualidade de vida através dos serviços oferecidos.

“Não é necessário dizer tudo o que se pensa, o necessário é pensar tudo o que se diz”. Joaquín S. Lavado Tejón. Quino

Vamos substituir o aforismo que encabeça esta secção “dizer” por “fazer”. A frase viria a ser:

“Não é necessário fazer tudo o que se pensa, o necessário é pensar tudo o que se faz.”

Ora, é disto que trata esta secção. Pensar antes de fazer para permitir à equipa do ZASNET tomar as decisões mais adequadas, tendo em consideração o contexto e as circunstâncias em que surge a criação destes quatro Centros de Interpretação.

Devemos dizer de antemão que trataremos aqui de planejar e dar coerência a uma figura que assume a forma de equipamento cultural, de lazer, serviços... com um nome já admitido e reconhecido pela sociedade atual. Note-se também, no entanto, que este tipo de equipamento a que chamamos de “Centro de Interpretação” não possui uma definição clara e, consequentemente, carece de uma regulamentação específica.

Trata-se de equipamentos que, precisamente por não estarem claramente regulamentados ou padronizados, respondem a diferentes tipologias e introduzem por vezes nuances diferenciais, dependendo dos contextos geográficos que integram. Além disso, em muitas outras ocasiões encontramos uma alta diversidade de denominações para definir espaços e/ou serviços muito semelhantes.

Quanto à sua origem, podemos citar os “Visitor’s centre” americanos que se apresentam como ponto de referência à entrada de espaços naturais ou complexos monumentais. Daí que, tanto



em Espanha como em Portugal, muitas vezes falemos de Centro de Visitantes associando-o ao conceito de Centro de Interpretação. De qualquer forma, torna-se claro que se trata de um equipamento cultural que deve atender a uma série de necessidades dos visitantes ao mesmo tempo que vão surgindo outras que, ainda que não reivindicadas, são importantes para os gestores do local onde se encontram. Estes últimos são essenciais para a gestão de locais que, em muitos casos, são património e, portanto, especialmente sensíveis.

Fundamentalmente, na última década do século passado e na primeira do presente houve um desenvolvimento acelerado de “Centros de Interpretação” ou equipamentos similares que não passou despercebido à Península Ibérica. O fenómeno existiu também no resto da Europa, mas não com a força que teve em Espanha e em Portugal.

Tem sido um crescimento de tais características que à falta de definição e regulação já referidas se somou o caos da falta de planificação sensata de muitos deles.

O turismo é um dos fatores que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do fenómeno. À medida que as cidades foram conquistadas como paradigma de oportunidades e desenvolvimento social, cultural e económico, foi-se abandonando o meio rural. E, paradoxalmente, quem habita as primeiras precisa cada vez mais intensamente de ver, conhecer, visitar outros lugares que o afastem da sua realidade quotidiana. A população tem a necessidade de sentir e desfrutar de algo diferente no seu tempo de lazer. Podemos citar como exemplo o surgimento de um termo tão popular como “turismo rural”.

É este o contexto perfeito para o surgimento de propostas que tentem atrair para este meio rural os visitantes esporádicos e é assim que surgem as iniciativas através de entidades públicas locais, grupos de desenvolvimento, consórcios e associados que, com fundos públicos ou privados, promovem como eixo fundamental de desenvolvimento económico a criação de um Centro de Interpretação como recurso.

São várias as motivações para a criação de um equipamento com estas características. A existência de um edifício com valor patrimonial, a existência de uma tradição única, a existência de uma paisagem ou elemento natural único, ou às vezes razões tão prosaicas como a existência de um subsídio, de uma ajuda ou simplesmente uma promessa eleitoral, seja qual for o motivo, existe uma realidade inquestionável, que é a de o território estar salpicado de uma infinidade





de equipamentos ou Centros de Interpretação que não ajudam a esclarecer o estado da questão. Muitos deles se encontram fechados e, na pior das hipóteses, abertos temporariamente, de forma intermitente e sem a manutenção adequada dos elementos que compõem o centro nem da equipa que o atende.

Um Centro de Interpretação não é um edifício de índole expositiva. Esta seria uma visão redutora que se afasta dos princípios fundamentais da interpretação do património. Um Centro de Interpretação é basicamente uma ferramenta de gestão cultural.

Uma ferramenta que deve, antes de tudo, ser suficientemente atrativa para trazer visitantes. E seguidamente deve colocar estes visitantes em posição de conhecer, investigar, visitar e caminhar com todos os seus sentidos pelo espaço natural, pelos espaços monumentais, pelo elemento patrimonial que seja, de facto, o objeto concreto desse centro.

Um centro de interpretação deve apresentar o território de uma forma atrativa, proporcionar as chaves para o entendermos, revelar os significados ocultos das paisagens e promover o desejo de investigar e conhecer in situ aquilo que é mostrado. Se atendermos a estes quatro requisitos, podemos garantir que esta proposta estará perto do sucesso e, em qualquer caso, se algum deles falhar, trataremos de reforçá-lo adequadamente para melhorar a experiência do visitante.

No entanto, para que um Centro de Interpretação seja eficaz é conveniente a devida planificação, e aqui fazemos nosso um decálogo (Martín Piñol, 2013) que pode aproximar-nos do sucesso, caso se cumpram as seguintes tarefas:

1. Deve relacionar o conteúdo com as ideias prévias do usuário.
2. Deve excitar, motivar e despertar interesse.
3. Deve pensar nos segmentos etários dos visitantes.
4. Deve interpretar e não apenas informar.
5. Deve haver uma organização hierárquica do conteúdo.
6. Deve seleccionar os conceitos relevantes.
7. Deve conter elementos lúdicos.



**Interreg**  
Espanña - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA



**ZASNET**  
AECT



**MESETA  
IBÉRICA**  
RESERVA DE BIODIVERSIDAD

8. Deve utilizar diversos recursos expositivos.
9. Deve ajudar a interpretar a realidade como um facto global.
10. Deve ser capaz de interpretar objetos ou processos sem contê-los.

## 4. O ESPAÇO

No que diz respeito às localizações dos quatro Centros de Interpretação foram consideradas duas questões. Uma, implantar os Centros Interpretativos em edifícios já existentes, por questões de sustentabilidade e outra foi haver uma distribuição equitativa nas quatro sub-regiões do território - Terra Fria, Terra Quente, Zamora e Salamanca.

Ora, para atingir os objetivos exposto no ponto anterior ou, pelo menos, aspirar a satisfazê-los adequadamente, precisamos de alguns espaços mínimos que devem articular o discurso expositivo e cumprir as funções que se exige ao Centro de Interpretação.

Há outra ideia que queremos destacar de uma maneira especial. Com a localização no território destes quatro Centros de Interpretação estaremos a configurar uma rede que funciona com um objetivo comum. Pode parecer óbvio, mas é muito importante ter em mente que estes centros, muito embora com algumas diferenças entre si, devem manter um critério comum.

Neles devem existir elementos que os tornem claramente homogêneos e outros que proporcionem a diferença em função das singularidades de cada um deles, nos seus ambientes ou a maneira de abordar os conteúdos. O melhor exemplo desse tratamento diferenciado numa rede é representado pela rede de Pousadas portuguesas ou pela rede de Paradores espanhóis.

Esta diferenciação não implica a construção de espaços estanques, mas completamente o oposto. A diferenciação pode ajudar a construir o discurso de uma maneira lógica, mas o visitante deve acompanhá-lo, entendê-lo e percebê-lo como uma realidade única, como um espaço comum que é, afinal, do que se trata.



Assim, neste ponto identificamos os locais dos quatro centros interpretativos e respetiva localização, a saber:

1. La Fregeneda, Salamanca:

- a. Morada: Müelle de Vega Terron, La Fregeneda Salamanca, 37220 La Fregeneda, Salamanca, España

2. Villardeciervos, Zamora:

- a. Morada: Calle America, s/n, 49562 Villardeciervos, Zamora, Espanha

3. Vila Flor:

- a. Morada: Praça da República 37, 5360-331 Vila Flor

4. Vimioso:

- a. Morada: Estrada das Três Marras, cruzamento para S. Joanico, 5230-000 Vimioso

A localização espacial é apresentada no Anexo 1.

As plantas e imagens dos espaços são apresentadas no Anexo 2.

As propostas a apresentar deverão respeitar às áreas disponibilizadas.

## 5. SINALÉTICA EXTERIOR

É objeto da prestação a conceção, fornecimento e instalação de sinalética exterior identificativa, que deve ser similar nos quatro Centros e adequada aos locais que os vão acolher.

A sinalética exterior deve conter, sinal de Identificação do Centro de Interpretação, o logotipo da RBT MI e o horário de funcionamento do espaço.

O material a ser utilizado na sinalética exterior deve ser Dibond e vinil de longa duração, com no mínimo 7 anos de garantia.

Relativamente às dimensões e quantidades estas devem ser as seguintes:

- La Fregeneda. Muelle de Vega Terrón (Salamanca) - 2 (duas) unidades no exterior de 100X100 cm aproximadamente, cada e uma no interior de 60X60 cm, aproximadamente;
- Vila Flor (Terra Quente) - 2 (duas) unidades, uma de 100X100cm aproximadamente e outra de 100X100 cm aproximadamente;
- Villardecervos (Zamora) - 2 (duas) unidades de 100X100cm aproximadamente;
- Vimioso (Terra Fria) - 2 (duas) unidade de 100X100cm aproximadamente.

Faz-se ressalva que Villardecervos (Zamora) está classificado como Conjunto histórico, pelo que esta sinalética deve obedecer às normas estabelecidas.

## 6. CENOGRAFIA DO ESPAÇO

O objeto do contrato a estabelecer inclui toda a cenografia dos espaços intervencionados, orientada para a recriação de um ambiente que seja condizente com os conteúdos explorados, incluindo o descrito no “Projeto conceptual para equipar quatro centros interpretativos na Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica” (Anexo 6).

Assim, serão valorizadas as propostas que tenham soluções adequadas ao espaço e que abordem os objetivos e pontos expostos, não sendo objetivo deste documento apresentar soluções fechadas, mas assim apelar à criatividade de cada concorrente, quer em forma quer em número.

O espaço está já dotado de infraestruturas de eletricidade. A ligação à internet é limitada em alguns dos espaços, pelo que, este facto deve ser tido em conta.



## Características gerais

Um Centro de Interpretação é um equipamento cultural que presta um serviço aos visitantes durante o seu período de lazer. Os seus objetivos são:

- Receber o visitante e proporcionar-lhe uma experiência agradável, tanto no território como no próprio Centro de Interpretação.
- Fornecer ao visitante as chaves para entender o território objeto de interpretação e a relação entre este e os seus habitantes.
- Vincular emocionalmente a população local mais próxima ao equipamento, ao mesmo tempo que se melhora a sua qualidade de vida através dos serviços oferecidos.

Partindo destas premissas iniciais, devemos entender a dotação expositiva como o desenvolvimento de uma série de ferramentas que aprofundam estes objetivos e fazem com que os visitantes tenham uma experiência positiva e a população local o receba com satisfação. É por isto que acreditamos que o termo que melhor se ajusta ao tipo de exposição que se pretende é “ativa”. Uma exposição ativa que interroga o visitante de maneira amigável para que este experimente e tire as suas próprias conclusões.

As ferramentas e soluções expositivas que se proponham devem encaixar-se na técnica da interpretação ambiental. Isto deve ser cuidadosamente observado, e nele podemos encontrar as chaves desta dotação.

O proponente fará uma proposta original, criativa e didática, que inclua uma componente lúdica, pensando quer numa população mais jovem que possa vir a usufruir do centro em família ou com centros educacionais, quer dos turistas que visitem o território.

Serão avaliadas a qualidade estética da proposta e a sua adaptação ao edifício que a contenha.

Nesse sentido, será avaliada positivamente a salvaguarda daqueles elementos arquitetónicos do edifício que sejam merecedores de atenção e deverão estar habilmente incluídos no discurso expositivo. O manual supramencionado servirá como referência para solucionar algumas

aplicações da marca RBTMI, mas não deve representar uma limitação à criatividade da equipa proponente, que obviamente justificará de forma adequada a sua proposta.

### Discurso expositivo

Como já foi observado, deverá ser desenvolvido um discurso expositivo enquadrado nos enunciados da interpretação ambiental, ajudando o visitante a descobrir e interpretar corretamente os elementos fundamentais do território. Neste sentido, será avaliada de forma positiva a coerência do fio condutor da exposição e a clareza da sequência de conteúdos.

Tratar-se-á de realizar um discurso expositivo atrativo, que provoque alguma surpresa no visitante, mas capaz de continuar com coerência. Para isso é necessário usar linguagem clara e direta e transmitir mensagens curtas facilmente compreendidas pelos visitantes. Deverá ser evitado desenvolvimentos complexos e longos ou de expressões técnicas que possam tornar-se incompreensíveis ou entediante.

Os conteúdos do discurso, designadamente imagens, fotografia e vídeo, serão cedidas ao adjudicatário, após a adjudicação.

Como regra geral, para a elaboração deste discurso expositivo, será tida em conta a escolha de questões globais que vinculem aos territórios transfronteiriços, tentando lançar uma imagem de marca.

Como orientação, fornecemos uma série de epígrafes, não vinculativas, mas que poderão ser utilizadas:

- Douro – Duero, Corredor de vida.
- Castelos e fortalezas na Raia.
- Máscaras. O despertar do inverno.
- A paisagem e o património agropecuário da Meseta Ibérica.
- Produtos artesanais e gastronomia.
- Entre Planaltos e Montanha.



- Áreas protegidas.
- Biodiversidade.
- Património.
- Homem e Montanha.

O discurso expositivo deverá articular-se sob a premissa de singularidade transfronteiriça.

Não se trata de exaltar as singularidades próprias e próximas do ambiente em que o equipamento se encontra. Muito pelo contrário, para satisfazer os objetivos destes centros e os da própria Reserva da Biosfera, será necessário procurar temas que globalizem, aspetos que vinculem, de uma ou outra forma, as populações de ambos os lados da fronteira.

Começamos por um aspeto natural, como a rede hidrográfica. Às vezes são barreiras que em tempos de conflito separam, mas que os povoadores conseguiram ultrapassar para manter laços sociais e comerciais. O rio Douro é um bom exemplo disso, de que a fronteira natural não conhece divisões políticas. Os ecossistemas de ambos os lados das arribes mantêm pequenas peculiaridades que não são dadas por Portugal nem por Espanha, mas pelas diferentes características do território. Em todo o caso, uma extensão de mais de um milhão de hectares como o que a RBTMI ocupa, oferece múltiplas paisagens com muitos outros aproveitamentos agropecuários, complementadas por atividades comerciais e características de uma cultura popular assente nos dois lados da fronteira.

Os espaços naturais são importantes, mas dado o significado do programa MaB da UNESCO, a mensagem não deve passar tanto pelas singularidades da geologia, flora ou fauna destes espaços, mas pela relação da população com eles. Assim, consideramos que a arquitetura popular, a casa popular e a arquitetura românica são bons exemplos de tópicos que nos permitem abordar conceitos de aproveitamento, conservação, cultura popular, adaptação ao meio ambiente ou sustentabilidade ambiental. Na mesma linha, os castelos e fortalezas fronteiriças são o mote perfeito para poder falar sobre os laços históricos entre os dois países que estiveram outrora sob o mesmo reinado. E também para poder explicar a singularidade de





uma língua oficial em Portugal, como o Mirandês, que mantém vínculos com as zonas galega, asturiana, leonesa ou zamorana.

Neste sentido, as mascaradas e festas de inverno em geral têm um valor extraordinário para introduzir tópicos relacionados à agricultura, crenças, ritos. Estão espalhados por um território muito mais extenso que o da Meseta Ibérica, mas têm aqui, inequivocamente, uma representação extraordinária de grande valor etnográfico.

A paisagem e o património agropecuário são dois temas sobrepostos que, sem dúvida, permitem aglutinar diferentes aspetos de uma realidade. Através deles podemos constatar a evolução histórica e temas tão difíceis como o despovoamento, envelhecimento ou falta de oportunidades nas áreas rurais. Paisagens maioritariamente agrárias que evocam e são especialmente atrativas para o visitante, como as vinhas do Douro, contêm sabedoria popular em cada um dos terraços que se aproximam do rio.

Entendemos ser importante o papel que devem desempenhar os produtos artesanais e gastronómicos e/ou agropecuários, reflexos das tradições popular, dos recursos e aproveitamentos do meio ambiente, sinal de identidade local e compartilhada, cartaz turístico e base, sempre possível, para o empreendedorismo local, fundamental para a desenvolvimento destas regiões.

Este espaço deveria albergar referências claras a algum elemento, tradição ou espaço próximo ao local onde se encontra o Centro de Interpretação, tentando com isso vincular a população local ao equipamento.

Queremos que este seja um critério a ser estabelecido em cada um dos Centros e, como âmbito temático, possa desenvolver-se com maior profundidade um tema que singularize cada um deles. Uma boa seleção e o tratamento adequado do tema supõem um reforço positivo para o centro e para a sua manutenção futura.

Por fim, acrescenta-se uma reflexão sobre os atuais conteúdos a desenvolver já poderem ter um tratamento específico, num centro dedicado exclusivamente ao tema. Foi possível verificar que existem inúmeros Centros de Interpretação, Casas de Parque e Museus que servem já parte do conteúdo a refletir. Por exemplo, em Bragança existe o Museu da Máscara Ibérica, em Podence a “Casa do Careto” e em Zamora o Museo Etnográfico de Castilla y León. Nas três instalações





aborda-se o tema das mascaradas de inverno e, embora isto não signifique que se trate de uma questão a ser evitada, não é menos verdade que devemos considerar a existência destas instalações para complementar adequadamente a visita do turista e até mesmo conduzi-lo a esses espaços, se apropriado.

Estes espaços são concebidos como um lugar vivo onde as pessoas da aldeia, da região ou qualquer outra podem contribuir com imagens e cedê-las para serem digitalizadas e expostas numa fase posterior. Neste campo não há limites. Serão aceites todos os temas, todos os formatos, todos os recursos que possam vir a ser fornecidos para nutrir o espaço habilitado. Com esta oferta e um posterior desenvolvimento pretende-se obter um vínculo profundo com a população.

É necessário pensar que a evolução de muitas aldeias fez com que mudassem significativamente e podemos recolher evidências de construções já existentes, personagens, ofícios, trabalhos, festas, tradições que fazem parte da **memória** e que podem até ter desaparecido. Todos estes temas apontam para a **emoção** e são lugares comuns onde se podem encontrar diferentes gerações.

Fisicamente não estamos a pensar numa sala exclusiva ou num espaço muito amplo. A definição concreta deste futuro espaço dependerá das características e estrutura do edifício em questão, mas pode ser traduzida numa parede com rotulação adequada e atrativa que albergue algum tipo de suporte simples para colocar estas imagens antigas.

### Percurso, circulação e sinalização

No que se refere ao percurso pela exposição, como referido, deverá ter uma sequência da lógica aplicada ao discurso de exposição proposto.

O proponente deve fornecer um plano orientativo da sua interpretação do percurso e tempo estimado da visita. Este percurso será claro, evitando contratempos sobre conteúdos anteriores que possam dificultar a circulação. Neste sentido, a dotação expositiva e os elementos que a constituem deverão facilitar essa circulação de visitantes.

Neste percurso pela exposição haverá uma observação cuidada dos itinerários para facilitar a acessibilidade a qualquer visitante com problemas de mobilidade. Para facilitar tanto a circulação pela exposição como a identificação correta dos espaços, será instalada a sinalização apropriada. A equipa de consultoria propõe o design e os materiais a serem utilizados, mantendo os mínimos de qualidade e a adaptação ao contexto.

### Elementos da exposição e a sua versatilidade

Poderíamos dizer que, ao falar sobre espaços e conteúdos, estaríamos a definir um projeto museográfico e a originalidade da abordagem o que é um elemento fundamental. Agora, essa abordagem deve ser acompanhada pelos elementos certos para que, tanto o fio condutor, quanto as mensagens interpretativas desenvolvidas cheguem ao visitante adequadamente. Por outras palavras, a parte museológica é o complemento necessário para que o conjunto atinja o nível desejado.

Tal como na abordagem do desenvolvimento expositivo, dever-se-á ter em conta os princípios básicos da interpretação ambiental e no caso da museografia há dois conceitos que devem ser adequadamente combinados: variedade e oportunidade.

Em relação à variedade, é óbvio que um centro baseado em diferentes técnicas e elementos de exibição será muito mais atrativo do que outro que abusa exclusivamente de um deles. Um Centro de Interpretação raramente tem peças originais para exibir e, quando existem, costumam ser elementos etnográficos que se prestam à composição de cenários. O que, à priori, poderia supor uma fraqueza, oferece a oportunidade de desenvolver um projeto muito mais criativo e variado no momento de decidir os elementos da exposição.

No que diz respeito à oportunidade destes elementos de passar determinadas mensagens ao visitante, qualquer profissional conhece os mais adequados para determinadas funções. E tal sem prejuízo de que o preponente possa apresentar uma proposta surpreendente e que se encaixe perfeitamente na sua abordagem expositiva original, tanto museológica como museográfica.

Ora, além da variedade e oportunidade, há um fator chave ainda não mencionado que é a disponibilidade económica. Esta disponibilidade vai condicionar claramente os dois aspetos. Isso

não significa que com uma baixa capacidade económica não se possa conseguir uma boa dotação expositiva, mas existem alguns limites que devem ser observados.

De salientar que estes elementos e recursos expositivos devem ter em conta a eventualidade de alteração do espaço numa fase posterior.

### Recursos expositivos

Os recursos expositivos estarão ao serviço do discurso e dos conteúdos, evitando sempre que estes fiquem atrás da “máscara” da espetacularidade visual e/ou tecnológica do próprio recurso. Para orientação, enumeramos os elementos que deveriam fazer parte da exposição.

A disponibilidade económica para a resolução efetiva de cada uma das quatro exposições terá um grande impacto nas soluções finais para cada centro. De qualquer forma, nesta secção queremos destacar as quatro grandes famílias de elementos que geralmente compõem os Centros de Interpretação. Se fizermos uma revisão de qualquer centro, podemos agrupar os diferentes recursos da exposição de acordo com a seguinte diretriz:

**1. Painéis** entendidos como um suporte plano que combina eventualmente texto e imagem para transmitir ao visitante um conceito, uma ideia ou uma sensação. As infografias ou simulações digitais ajudam bastante no esclarecimento de certos conceitos.

A diversidade neste tipo de recurso expositivo é geralmente determinada pela combinação de materiais, sistemas de impressão, acabamentos e outros fatores alheios ao próprio conteúdo. No entanto, a relevância interpretativa não depende tanto desses fatores externos como de uma escolha adequada de mensagens, uma correta estruturação dos conteúdos e um design que favoreça a leitura e a compreensão destes. Nesse sentido, devemos ter em mente a capacidade de leitura de um visitante-tipo num dia de lazer e não abusar dos textos. As infografias e simulações digitais ajudam bastante a esclarecer certos conceitos e contribuem visualmente para que se poupem longas explicações.

No que diz respeito aos materiais existe uma grande variedade e o custo pode ver-se incrementado, mantendo a mesma eficácia interpretativa. Ou seja, o mesmo painel com o mesmo tratamento gráfico aplicado a um vidro laminado não será o mesmo que uma solução

mais económica como um DM/MDF ou um PVC rígido, entre outros. No entanto, os materiais a utilizar estão expostos abaixo.

**2. Tecnologias da informação e comunicação (TIC)** entendidas como elementos tecnológicos que são colocados ao dispor do discurso expositivo com o objetivo de consolidar algum conteúdo ou expressá-lo de forma mais eficaz. A sua inclusão deverá ser pertinente e adequadamente justificada no contexto da exposição.

Nesta secção podemos citar realidade aumentada, jogos interativos, simulações digitais, voos virtuais, etc. Todos esses recursos podem ser extremamente eficazes se soubermos combiná-los. No entanto, a abundância deste tipo de recursos acima de um limite razoável é contraproducente. O abuso de novas tecnologias acarreta custos de manutenção elevados, que nem sempre estão disponíveis. E se somarmos a isso, a baixa capacidade de surpresa de um visitante atual que, hoje em dia, com um dispositivo móvel tem acesso a praticamente tudo. Portanto, é fundamental pesar adequadamente o uso desses tipos de recursos.

Se tivéssemos que destacar um elemento tecnológico que mantém um equilíbrio razoável entre custo e oportunidade é o “programa interativo”. Este programa baseia-se no desenvolvimento de uma árvore de telas encadeadas que facilita o acesso a um “pacote” importante de informações que, bem estruturadas, podem ser muito úteis. Além disso, esse tipo de programa é facilmente exportável.

**3. Objetos Naturais e Réplicas.** Nos Centros de Interpretação é comum encontrá-los, embora sejam recursos mais típicos dos museus tradicionais. Quando falamos de réplicas ou elementos naturais podemos englobar nesta secção coisas tão variadas como dioramas, réplicas de elementos em tamanho natural, reproduções de elementos à escala, etc.

Estas últimas, as reproduções em escala, são interessantes desde que ajudem a entender melhor um determinado aspeto que se queira destacar e que, pela sua natureza ou dimensões, seja difícil ou impossível reproduzir ao tamanho real. Alguns dos mais habituais são as maquetes do território já mencionadas. Por vezes, começar a entender um território e a orientar-se pelo mesmo passa por observá-lo de uma só vez, e o levantamento tridimensional ajuda.

Os Centros de Interpretação costumam conter objetos associados a festividades, tradições ou costumes que evocam modos de vida já em desuso. Têm um valor especial pela recuperação da memória que representam e pelo vínculo emocional que pode proporcionar ao habitante local a possibilidade de mostrar aos visitantes facetas da sua vida passada que possam ser desconhecidas.

**4. Maquete do território** entendida como uma reprodução à escala e em três dimensões do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica. É um elemento útil para situar os visitantes e ajudá-los a entender melhor o espaço físico e cultural em que se encontram.

**5. Audiovisuais**. É outro dos recursos habituais num Centro de Interpretação e neste caso obrigatório. Trata-se de uma compilação audiovisual, de imagens cedidas pelo adjudicante, onde se manifeste os valores patrimoniais que levaram a que Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica tenha sido declarada como tal. Poderá estar incluído nas TIC porque é um recurso que engloba muitas das suas características

Os audiovisuais são produções de imagem e som feitas para os centros em geral, onde se pode condensar os valores patrimoniais de um território e os motivos que levaram à sua declaração, como neste caso, de Reserva da Biosfera Transfronteiriça. Permitem enviar mensagens diretas e esteticamente cuidadas, o que sem dúvida facilita o acesso ao visitante e aumenta o impacto. É frequente, e assim o consideramos nesta proposta, que um dos espaços das salas dos centros seja precisamente o “espaço de audiovisuais”, tornando o seu uso compatível com outras funções.

De qualquer forma, devemos salientar que cada recurso ou família de recursos raramente aparece tão puramente como descrito. Diríamos também que é até conveniente não ser assim. A eficácia de uma dotação expositiva está numa combinação adequada de meios, na variedade e oportunidade já indicadas, para que o discurso se veja reforçado pelos elementos da exposição.



Por último, a equipa de avaliação das propostas terá em consideração a variedade e oportunidade dos elementos e ferramentas expositivas propostas para atender a diferentes setores da população e satisfazer as funções do Centro de Interpretação.

## Materiais de construção

No que diz respeito aos materiais de construção, além dos definidos para sinalização, indicamos os que devem ser utilizados:

Para os painéis, utilizar DM/MDF, Dibond ou PVC rígido para dar solidez, os quais podem ser impressos com os conteúdos e a gráfica aprovada. A película impressa terá um acabamento de lâmina protetora mate. Admite-se igualmente a impressão direta sobre o suporte, com tinta UV Mate.

Para as estruturas de diferentes elementos (stands, vitrines, móveis para exposição), poderá ser utilizada uma combinação de aço e madeira segundo o entendimento da equipa proponente. Os acabamentos serão consistentes com a estética do edifício e da dotação expositiva. As peças metálicas serão tratadas com tinta antioxidante e acabamento de acordo com a estética decidida.

Para a iluminação serão selecionadas lâmpadas e luminárias de acordo com a função que deve cumprir e, em qualquer caso, sempre homologadas e de ampla distribuição no mercado.

Para os elementos tecnológicos, serão escolhidas marcas e modelos reconhecidos no mercado, de fácil manutenção e com garantia de substituição de peças durante pelo menos cinco anos. Os equipamentos serão dimensionados em função dos espaços onde se encontrem e das funções que devem ser cumpridas. A eficiência energética será igualmente valorizada.



## Dotação básica solicitada

1. Identificação dos centros e sinalização externa
  - a. Sinal exterior e interior, conforme indicado no Anexo. Identificação do Centro / sinalização horária
2. Receção e acolhimento de visitantes
  - a. Balcão de atendimento;
  - b. Estante/expositor de produtos locais e merchandising;
  - c. Porta folhetos A4 e A6;
3. Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica
  - a. Maquete tridimensional (volumétrica) do território da RBT Meseta Ibérica, com aproximadamente 1,50X1,15X0,75 m aproximadamente;
  - b. Painéis multimédia (Módulo(s) interativo(s); equipamento com ecrã tátil e software interativo personalizado) adequados ao espaço em tamanhos e formatos. No mínimo de duas unidades.
  - c. Compilação dos conteúdos a ser apresentados no(s) módulo(s) interativo(s). Os conteúdos de imagem e vídeos, a serem efetivamente compilados, serão fornecidos pelo ZASNET AECT;
4. Espaço de interação lúdica
5. Produção de material de merchandising
  - a. Pins – 500 unidades - com o logotipo da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica;
  - b. Imanes – 1000 unidades - com o logotipo da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica.

## Fornecimento, instalação e montagem.

Esta fase não poderá ter início até que haja uma aprovação do documento anterior. Durante esta fase proceder-se-á à montagem da instalação propriamente dita de acordo com as



características definidas no “projeto de dotação” e sob a supervisão da Direção Técnica (DT). No final desta fase será feita uma visita de verificação da adequação do que foi executado ao que foi inicialmente aprovado e do funcionamento correto de todos os equipamentos. Poderão também ser feitas visitas ao longo esta fase.

Juntamente com a dotação expositiva, a equipa de consultoria terá de entregar um manual de utilização e manutenção da exposição onde estarão reunidas todas as singularidades da dotação. Serão incluídas as características técnicas dos equipamentos, garantias e protocolos de atuação. Estarão também especificados os modelos de lâmpadas utilizados e a sua localização num plano da exposição.

### Uso e manutenção

Neste ponto queremos referir-nos a uma série de questões que assumem especial importância a partir do momento em que o Centro de Interpretação se abre ao público, mas têm que ter sido pensadas com muita calma e antecedência. Todas elas estão relacionadas com a administração do centro no seu sentido mais amplo e o maior ou menor sucesso de funcionamento dos quatro Centros de Interpretação vai estar condicionado pelas decisões que tenham sido tomadas anteriormente. A ordem em que as abordamos não implica a maior importância de umas sobre as outras já que, juntas, são as que nos darão a chave para o sucesso na gestão.

Sazonalidade das visitas. Deve considerar-se que o maior volume de visitantes é geralmente sazonal ao longo do ano e pontual durante a semana. Ou seja, movem-se mais pessoas em temporadas favoráveis como primavera e verão, e o movimento de turistas é mais frequente nos fins de semana.

Manutenção de exposições. Será necessário pensar, desde o início do projeto de execução dos Centros de Interpretação, no seu funcionamento posterior. Neste sentido, deve a proposta tender para a normalização de materiais e equipamentos, o que facilita muito este trabalho. É conveniente simplificar esta tarefa por intermédio de materiais fáceis de encontrar no mercado. Poderá ser equacionada a possibilidade da itinerância da exposição.



Materiais de divulgação e promoção. Falamos aqui sobre os materiais básicos para dar a conhecer as instalações criadas recentemente, divulgar a sua existência e promover o seu uso.

Normalmente a difusão impressa está associada a um folheto ou brochura, pelo que, deverá ser proposto o layout, que deverá ter oito páginas, que não inclui a capa. O tamanho A<sub>4</sub>, com uma dobra.

Outra secção de materiais são os chamados materiais de marketing. Neste campo não existem limites e basta visitar a loja de qualquer museu de arte. No presente procedimento, acreditamos na necessidade de ser mais modestos e medir adequadamente a sua relevância e custo associado. Como referido anteriormente elegemos os pins e imanes.

Um terceiro bloco de materiais são os referidos aos materiais didáticos. Estes são necessários na medida em que a instalação se projeta no campo educativo o que, também, garante visitantes estáveis ao longo de certos períodos.

É aconselhável considerar estes aspetos desde o início da planificação, dado que o custo económico associado deve estar presente no orçamento global da criação destes quatro Centros de Interpretação, independentemente de quem assume estes custos. Qualquer um dos aspetos acima mencionados, quando mal previsto ou mal dotado economicamente, pode provocar um funcionamento irregular, uma manutenção deficiente e, enfim, um afastamento de potenciais visitantes.

### **Legislação aplicável a observar**

Não existe uma regulamentação específica para os Centros de Interpretação. Mas isto não os isenta de cumprir com as normas.

O fenómeno da enorme proliferação de Centros de Interpretação levou os legisladores a considerar e dar conhecimento da sua existência através das normas recentemente publicadas. No caso da Espanha, no distante ano de 2003 as Ilhas Baleares introduziram pela primeira vez uma diferenciação entre museus e Centros de Interpretação (BOE nº 98 de 24/04/2003).

Mais recentemente a Comunidade Autónoma de Castilla y León definiu na Lei 2/2014, de 28 de março, dos Centros Museísticos de Castilla y León, o conceito de Centro de Interpretação do Património e sua missão com esta literalidade:

Os centros de interpretação do património cultural serão responsáveis por fornecer informações, divulgar, conservar e avaliar os bens, expressões, representações ou atividades às quais estejam vinculados ou associados, e cumprir as funções estabelecidas no apartado 3, da referida lei (Lei 2/2014, de 28 de março, dos Centros Museísticos de Castilla y León).

Por outro lado, Portugal, na sua Lei Quadro sobre Museus (Lei nº 47/2004, de 19 de agosto, aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses), não inclui expressamente a figura de Centro de Interpretação.

Assim, tudo o que foi descrito até agora não colide com nenhuma regra específica que a regule e, portanto, existe uma liberdade criativa máxima no momento de definir o conteúdo, o fio condutor e os recursos museográficos a utilizar, desde que estejam em conformidade com a função já definida, a interpretação do património natural e cultural da RBT Meseta Ibérica (Ley de Castilla y León. art.º 8.3.a):

Transmitir e revelar ao público o significado cultural do bem, expressão, representações ou atividade cultural à qual estejam ligados ou associados.

De qualquer forma, é óbvio que a falta de regulamentação específica que parece mergulhar estes equipamentos num vazio legal, não implica que não se devam observar regulamentos sectoriais para edifícios de utilização pública. São edifícios que recebem pessoas e devem ter garantia de segurança. Referimo-nos a regulamentos de acessibilidade, limite de capacidade, instalações de água e energia, instalações contra incêndios, etc.

### **Prazos de execução**

- Projeto de dotação expositiva: 3 meses
- Instalação e montagem: 3 meses



Na terça e quarta-feira subsequente à publicação do presente procedimento haverá a possibilidade de visitas aos locais e espaços onde serão implementados os quatro centros interpretativos. Estas visitas estão sujeitas a confirmação de presença com uma antecedência de 24 (vinte e quatro) horas para os emails [joanabranco@zasnet-aect.eu](mailto:joanabranco@zasnet-aect.eu) e [mesetaiberica.es@zasnet-aect.eu](mailto:mesetaiberica.es@zasnet-aect.eu).

## 7. DISPOSIÇÕES TÉCNICAS PARA A CONCEÇÃO

7.1. A apresentação das soluções interativas desenvolvidas pelos concorrentes, deverá ser feita através da entrega de peças escritas, peças desenhadas e por outros elementos informativos de detalhe, de modo a possibilitar ao ZASNET AECT a fácil apreciação das soluções propostas e o seu confronto com as exigências das presentes cláusulas;

7.2. Devem ser cumpridas as exigências regulamentares e normativas, assim como a legislação aplicável, nomeadamente a nível de acesso a deficientes, e de segurança contra incêndios;

7.3. Na elaboração da proposta, o concorrente deverá considerar os princípios gerais de prevenção de riscos profissionais em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e assumirá as obrigações decorrentes do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro;

7.4. A equipa de projeto deverá integrar todos os técnicos que o concorrente considere indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho de conceção e implementação das soluções por si preconizadas;

7.5. O adjudicatário será responsável, quer no que respeita a encargos, quer às autorizações legais exigidas pelas entidades competentes, quer pela realização de levantamentos complementares de que necessite para a elaboração do estudo referido nestes Termos de Referência;



7.6. É obrigação do Adjudicatário garantir a assistência técnica necessária durante a vigência do contrato, devendo o concorrente apresentar os termos e as condições em que se propõe garantir o cumprimento desta obrigação contratual;

7.7. Competirá ao Adjudicatário realizar todos os trabalhos e prestar todos os serviços, incluindo os preparatórios e os complementares, direta ou indiretamente relacionados com o objeto do contrato, salvo se expressa e inequivocamente estipulado de outra forma.

## ANEXOS:

1. Anexo I/TR - Localizações dos futuros Centros Interpretativos onde serão implementados os centros interpretativos
2. Anexo II/TR - Plantas e Fotografias dos locais onde serão implementados os centros interpretativos
3. Anexo III/TR - Localização e dimensões da sinalização
4. Anexo IV/TR - Mapas do território da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica
5. Anexo V/TR - Logotipos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica
6. Anexo VI/TR - Projeto Conceptual para equipar os quatro Centros Interpretativos da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica.